



# Iniciativas brasileiras em torno da construção de uma política nacional para acervos digitais de instituições de memória:

*o desafio da memória em tempos de cultura digital*

*Calíope Victor Spíndola de Miranda Dias<sup>1</sup>  
Dalton Lopes Martins<sup>2</sup>*

- .....
- 1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. E-mail: caliopespindola@gmail.com
  - 2 Professor Doutor da Faculdade de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. E-mail: daltonmartins@unb.br

## RESUMO

A partir da compreensão acerca das transformações sociais, consequência das novas possibilidades recorrentes da popularização da internet, percebe-se por parte das instituições de memória a necessidade de reestruturação de seus processos de representação e apropriação cultural. Apresenta-se a ideia de concepção de acervos digitais pela perspectiva do fenômeno rede e aponta-se como problema de pesquisa que a inexistência de uma política pública nacional para acervos digitais dificulta os processos de acompanhamento de políticas do setor cultural e, sobretudo, a disponibilização de acervos culturais de forma conectada. O trabalho tem como objetivo realizar revisão bibliográfica acerca das iniciativas brasileiras que caminham em direção à construção dessa política para acervos digitais e identifica vertentes em comum entre as iniciativas apresentadas. Como perspectiva metodológica em uma abordagem qualitativa, abrange a pesquisa exploratória e se desenvolve a partir de pesquisa documental e bibliográfica.

**Palavras-chave:** *Acervos digitais. Acervos em rede. Políticas para acervos digitais. Instituições de memória.*

## ABSTRACT

Understanding social changes, which are the result of the new recurrent possibilities brought by the Internet, shows the need for memory institutions to restructure their processes of representation and cultural appropriation. The concept of digital collections is presented as related to the network phenomenon by analyzing the lack of a respective Brazilian public policy, as it hinders the monitoring of cultural sector policies and—above all—the availability of connected cultural collections. The objective of this study was to perform a bibliographical review of the Brazilian initiatives developing this policy for digital collections further, identifying common aspects among the initiatives presented. This exploratory study made use of a qualitative approach applied on documentary and bibliographical research.

**Keywords:** *Digital collections. Collection networks. Policies for digital collections. Memory institutions.*

## INTRODUÇÃO

A organização de políticas culturais no Brasil, sobretudo daquelas relacionadas ao âmbito federal, padecem de fragilidades sistêmicas, como a descontinuidade de iniciativas, dificuldades orçamentárias, qualificação profissional, entre outros fatores já notoriamente conhecidos e discutidos em muitas pesquisas, análises e reflexões de pesquisadores da área. Não seria diferente quando o tema se aproxima das iniciativas ligadas a projetos de digitalização e instituições culturais, sobretudo aquelas com função memorial, de guarda, preservação, difusão, pesquisa e educação cultural baseadas em acervos físicos e imateriais.

A questão da digitalização e da reflexão sobre a necessidade de políticas culturais para o tema se torna a cada ano mais urgente, sobretudo pela ampliação das possibilidades técnicas, do barateamento da tecnologia e das enormes dificuldades que as instituições culturais brasileiras ainda têm para conceber, coordenar e gerir projetos relacionados ao tema. Inúmeros projetos surgiram ao longo das últimas duas décadas, gerando resultados que precisam ser analisados e questionados sob o ponto de vista dos modelos técnicos adotados e das formas de governança e gestão que foram produzidas. Temas como padrões técnicos de digitalização, tipos

específicos de equipamentos, protocolos, padrões de metadados, modelos conceituais de organização da informação, regras de catalogação, interoperabilidade, *websemântica*, busca agregada, entre tantos outros ainda são complexos e revelam não apenas aspectos técnicos os quais devem ser dominados, mas também uma grande variabilidade de formas de implementação e desenvolvimento que revelam seu lado humano, político e a necessidade de serem pensados à luz de realidades locais que almejam um diálogo amplo e internacional.

O presente trabalho analisa e coloca em perspectiva as pesquisas brasileiras que discutiram e analisaram essas iniciativas de criar e desenvolver uma política nacional voltada para o desenvolvimento dos acervos digitais das instituições de memória do país. Por mais que se sabe que o tema ainda não foi resolvido e carece de soluções práticas com ampla escalabilidade e que atendam a realidade socio-técnica brasileira, compreende-se que colocar essas iniciativas em perspectiva pode colaborar para a construção de um quadro sistemático do campo. Desta forma, quando em momentos propícios para a retomada de tal iniciativa no âmbito político, haverá maior acúmulo e capacidade coletiva de construir respostas contemporâneas e viáveis para o país.

## **RELATOS EM PERSPECTIVA: A BUSCA PELA PROBLEMATIZAÇÃO POLÍTICA DA DIGITALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA**

Inicia-se a reflexão pela apresentação do contexto da palavra memorial por meio do seu uso como um adjetivo, que no Brasil vêm sendo utilizado para definir diferentes formatos de acervos que, conforme apontado, “se inscrevem no processo de construção da memória coletiva e são o material para a escrita da história e para a formação de uma consciência histórica” (PUNTONI, 2017, p. 120). Nesse mesmo sentido, o autor nos chama atenção para o fato de que instituições distintas com acervos constituídos por uma variedade

de documentos heterogêneos, têm percebido seus esforços comuns relacionados aos seus processos de gerenciamento e preservação de suas coleções, bem como suas finalidades sociais.

Em uma sociedade de constantes transformações, sobretudo pelo ponto de vista das tecnologias e da emergência da internet, essas instituições se veem estimuladas e provocadas a se reinventarem socialmente e, principalmente, fazer de seus espaços um campo para a construção de novas narrativas. Nesse sentido, o autor aponta o fenômeno da convergência dos processos entre essas instituições:

Com efeito, cada vez mais um museu se aproxima de uma biblioteca, uma biblioteca de um arquivo e um arquivo de um museu. [...] Mas devemos notar que esta convergência de processos tem aproximado estas instituições, seja por meio da interação resultante de soluções da tecnologia da informação, ou também pelo compromisso público que se tornou possível com a emergência deste novo campo da cultura: a cultura digital. (PUNTONI, 2017, p. 121-122)

Assim, remetendo ao contexto brasileiro, o efeito da cultura digital ganha força no final dos anos 2000 quando, por meio do apoio e incentivo do governo federal e de agências de fomento, grande parte das instituições memoriais do país iniciaram um processo de digitalização de seus acervos. Para o autor, o contexto político apresentava uma nova perspectiva que pensava a atuação do governo federal como instigador e produtor de políticas públicas e menciona que o “Ministério da Cultura foi capaz de estimular a criação e produção de bens culturais, fortalecendo a cultura digital como instrumento de invenção mas, sobretudo, de ampliação do acesso universal aos bens simbólicos” (PUNTONI, 2017, p. 124). A cultura digital, com todas as suas possibilidades de potencializar a oferta de bens e serviços culturais e a difusão do conhecimento, abria um caminho de enriquecimento da sociedade, tornando possível e acessível a informação cultural em todos os níveis sociais. Nesse sentido, ainda segundo o autor “foram nos primeiros anos do

século XXI que passamos a enfrentar o desafio de estabelecer políticas para ativar a cultura digital como um instrumento capaz de potencializar o reenquadramento e o fortalecimento das instituições memoriais” (PUNTONI, 2017, p. 126).

Como marco desse processo, o autor menciona dois encontros organizados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que tinham como tema conteúdos digitais na internet e reuniu representantes de instituições memoriais envolvidos em projetos de digitalização para discutir a formulação de estratégias de fomento à produção e disponibilização de conteúdos culturais digitais em língua portuguesa (PUNTONI, 2017).

Com a idealização de um projeto de maior complexidade a Universidade de São Paulo (USP) propôs, sob a coordenação do professor István Jancsó, uma iniciativa de digitalização de todo o acervo da universidade sobre história e cultura do Brasil. Dessa forma, reunindo esforços de diferentes unidades de pesquisa e guarda da USP, se iniciou o projeto Brasileira USP que, segundo o autor,

ambicionava não apenas tornar disponível para a pesquisa uma das maiores coleções brasileiras, mas também propor um modelo de implantação da biblioteca digital que atendesse aos princípios de preservação de acervos memoriais, de democratização do acesso e de suporte à investigação. (PUNTONI, 2017, p. 132)

Seguindo essa linha, surge a proposta do desenvolvimento de uma plataforma livre que pudesse atender a qualquer instituição de memória que desejasse ter o seu acervo digitalizado.

Com os processos fluindo, mais adiante foi montado o Laboratório da Brasileira Digital, que contava com equipamentos tecnológicos que contribuíram de forma significativa com os projetos de digitalização propostos. Assim, após menos de um ano da disponibilização on-line da primeira versão da Brasileira Digital, o laboratório

lançou a segunda versão, agora “configurada como um sistema integrado de aplicativos para sustentar a implantação e gerenciamento de repositórios digitais” (PUNTONI, 2017, p. 134).

Ao longo de sua trajetória o Projeto Brasiliana USP contou com apoio do governo federal e de agências de fomento, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apresentava um projeto interno que visava uma política de fomento à cultura por meio do financiamento de iniciativas de digitalização de acervos, projeto este que mais adiante se tornaria referência dentro da área. Dessa forma, dando sequência ao aspecto da política de digitalização e às efetivas contribuições desenvolvidas ao longo deste processo, o autor nos chama a atenção ao trabalho de referência que vinha sendo desenvolvido no Projeto Brasiliana USP.

A sintonia com a evolução da cultura digital fazia com que o Projeto Brasiliana USP, por sua ancoragem institucional e capacidade técnica, fosse um ponto de referência para a formulação de uma política pública de apoio à digitalização dos acervos memoriais. (PUNTONI, 2017, p. 134)

Diante de sua representatividade no campo da digitalização dos acervos e do entendimento da necessidade e importância de uma política que pudesse nortear os novos projetos da área, a Brasiliana Digital, em parceria com a Casa de Cultura Digital e o Ministério da Cultura, organizou o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais. O evento teve como proposta reunir especialistas e profissionais do mundo para que se pudesse efetivar uma troca de experiências tendo em vista, de acordo com o autor, “a proposição de políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal ao patrimônio cultural brasileiro” (PUNTONI, 2017, p. 135). Os debates e esforços concentrados durante o simpósio geraram como resultado o esboço de uma política pública para o setor que,

conforme aponta Puntoni, posteriormente não teve sua implementação efetivada.

O autor menciona como um marco nessa trajetória a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que determina a necessidade de implementação de

uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos. (BRASIL, 2010)

Apesar das propostas idealizadas pelo então Ministério da Cultura apontar um contexto favorável à construção da política pública para acervos digitais, o autor aponta que as metas previstas no PNC, percebidas um tanto quanto ambiciosas, acabam perdendo força política devido à troca de gestão no governo, que não mais apresenta como prioridade ou pauta de discussão os debates em torno da cultura digital. De todo modo, essa desaceleração por parte do governo não influencia os movimentos organizados pelas instituições que seguem, mesmo sem política, digitalizando seus acervos.

Hoje, podemos dizer, são centenas de projetos de digitalização de acervos sendo desenvolvidos no Brasil. Como em outras partes do mundo, a oferta *on-line* aos conteúdos das instituições memoriais tem sido um importante mecanismo de envolvimento de um público mais amplo, com conseqüente fortalecimento do seu capital social e, em muitos aspectos, algo que não é um pequeno retorno financeiro. Os modelos de publicação *on-line* sem restrição de acesso e sem cobrança dos usuários tem se mostrado muito mais responsivos e, conseqüentemente, capazes de obtenção de patrocínios e/ou apoios de fundos de financiamento públicos ou privados.



Ao transformarem seus repositórios digitais em ofertas públicas e gratuitas de parte dos seus acervos, estas instituições não apenas ampliam a sua importância na sociedade, mas se credenciam a receberem apoios que estão se organizando juntamente com a criação de políticas públicas para o setor. (PUNTONI, 2017, p. 138)

A estagnação no processo de desenvolvimento de uma política pública para acervos digitais por parte do governo federal provocou um movimento coletivo entre instituições memoriais. Elas se organizaram de modo a unir esforços e pensar estratégias e medidas que pudessem ajudar a avançar a idealização da política para a área. O coletivo denominado Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas de Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil (Rede Memorial), que tinha como exemplo a estrutura de organização da Rede Memorial de Pernambuco, estabeleceu em seu primeiro encontro uma carta de compromisso que visava, principalmente, a implementação de uma política de digitalização de acervos memoriais no Brasil. Nesse sentido, a *Carta de Recife 2.0*, como foi chamada, entendia a importância de dar continuidade aos esforços iniciados pelo antigo Ministério da Cultura e, sobretudo, de manter um diálogo permanente com a nova gestão do órgão. Dessa forma, tendo a responsabilidade voltada às 31 instituições ali representadas, apresentava seis princípios para uma política de digitalização de acervos. Relativo ao desenvolvimento da política essas instituições entendiam que:

Tal política deverá ser construída não apenas a partir de uma profunda reflexão e planejamento, mas também da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. No contexto de (r)evolução permanente da tecnologia, a fixação de padrões e procedimentos devem estar necessariamente colados no cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital. Na lógica peculiar da cultura digital, as

iniciativas ganham vigor e visibilidade a partir da inventividade fragmentada e, ao mesmo tempo, interconectada – característica da imensa rede que se constrói com o esforço colaborativo de milhares (ou milhões) de atores individuais ou coletivos [...] As instituições culturais responsáveis pela preservação e pelo acesso dos acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido (de forma ainda desconexa) diversas iniciativas de reprodução e publicação na internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos – movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI. (REDE MEMORIAL, 2012)

De acordo com Puntoni (2017), ficava claro que o compromisso em torno de padrões de captura, acesso aberto e garantia de preservação digital poderia fortalecer a demanda por novos investimentos e apoios financeiros aos projetos de digitalização. O autor entendia que a padronização dava às possíveis agências de fomento maiores chances de resultados e continuidade aos projetos, fazendo com que os retornos dos investimentos tivessem maior garantia.

Neste cenário de desaceleração cada vez mais evidente em torno das políticas de apoio à cultura, a Rede Memorial (2015, 2016) assume um papel importante de porta-voz das instituições de modo a trabalhar em documentos que manifestam suas inquietações em relação à inexistência de uma política para o setor. Entre esses, Puntoni (2017) menciona a *Carta de Ribeirão Preto* e a *Carta de Salvador* que, de modo geral, defendem a criação de uma política pública para os processos de digitalização dos acervos. O autor entende que “no Brasil há uma dimensão estrutural, histórica, de descuido com a memória e os acervos que lhe dão o suporte e, ainda, nos chama atenção de que as instituições memoriais, principais atores deste campo, ainda são muito frágeis” (PUNTONI, 2017, p. 144-146).

Não foi possível ainda estabelecer uma política pública para a digitalização dos acervos e as articulações em rede das instituições da memória são fracas e pouco operativas por falta de recursos, por falta de capacidade, por falta de orientação. [...] Todavia, a força da cultura digital (do ativismo de seus atores) está hoje claramente associada às instituições memoriais, pelo menos em uma parte importante delas. A manutenção de propostas de redes colaborativas como a da Rede Memorial é mais do que uma possibilidade de resistência, é uma oportunidade de novas realizações. E é preciso estar preparado para contínuas retomadas. (PUNTONI, 2017, p. 146)

Um novo conceito, de fundamental importância para se pensar a questão de políticas para o tema do digital e instituições de memória, foi o desenvolvimento da ideia de sistema memorial. Nesse sentido, Gouveia Júnior et al. (2015) apresentam como ponto de reflexão e, sobretudo como estrutura de desenvolvimento, o sistema memorial que vislumbra conectar instituições memoriais de modo a unir esforços em prol do crescimento social conjunto de tais instituições. O novo formato que se institui a partir da influência das tecnologias digitais e das novas possibilidades de disseminação do conhecimento apresenta novos meios de estruturação e desenvolvimento do campo social, de modo a ampliar as formas de interação não apenas entre os indivíduos, mas também entre as organizações, propiciando uma nova linha de composição pensada a partir do trabalho colaborativo. Dessa forma os autores apresentam a ideia de sistema, que se constrói a partir de um conjunto de instituições e ou organismos que interagem e trocam experiências, materiais e métodos em torno de um objeto comum.

Vale considerar, ainda, que pensar sistemicamente significa defender uma visão não-mecanicista e pós-cartesiana, afastando-se das noções reducionistas, deterministas e analíticas de se pensar o universo-como-máquina.

Significa pensar em redes, em teias de interconexões. O universo, então, é percebido como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão inter-relacionadas. (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 81)

Os autores ainda chamam atenção ao fato de que “a noção de sistema memorial começa a fazer parte da agenda política nacional ao mesmo tempo em que novos marcos conceituais e práticos começavam a ser estabelecidos para a gestão da cultura brasileira (GOUVEIA JÚNIOR; GALINDO, 2012 apud GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 82).

A composição em formato rede vislumbra a idealização da construção de um cenário que conecte não apenas objetos culturais, mas que seja também indutor de um contexto de conexão entre ideias, habilidades e experiências que possam ser capazes de estreitar e aprimorar os laços de capital social de modo a fortalecer as relações de colaboração.

Se pensarmos essas teias de relacionamento e troca de informação em um nível maior, isto é, entre comunidades e/ou instituições, o capital social é capaz de conceder benefícios à sociedade, bem como potencializar a aprendizagem, a mobilidade social e o desenvolvimento econômico, desde que exista um conjunto de instituições e sujeitos comprometidos com essa finalidade. (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 84)

Os autores mencionam também que “estes novos tempos demandam a formação de parcerias e colaborações com base na percepção de que, através da integração de instituições de missão memorial, será possível a prestação de um serviço abrangente e de qualidade” (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 84). Nesse sentido, com o intuito de avaliar e melhor compreender a composição destas instituições de memória por uma perspectiva sistêmica, os autores apresentam algumas iniciativas que vão em direção ao desenvolvimento deste

trabalho colaborativo em torno dos bens culturais, tendo como destaque o estabelecimento da Rede Memorial. Em princípio, a partir de uma percepção conjunta relacionada a problemas comuns em espaços de memória, representantes de instituições memoriais de Recife se dispuseram a somar pela semelhança e não separar pela diferença, constituindo-se então a Rede Memorial de Pernambuco.

Essa rede local objetivava a promoção da cooperação interinstitucional mediante a realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e à informação de natureza histórica, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco. (GALINDO, 2010 apud GOUVEIA JÚNIOR, 2015, p. 85)

Ainda pela perspectiva dos sistemas memoriais, os autores afirmam que estes vêm se apresentando de modo a priorizar a *protocooperação* e o compartilhamento de informação e de boas práticas entre instituições, ao mesmo tempo em que se defende a concepção reticular dessa categoria de trabalho, que envolve pessoas, mensagens e valores.

As ações pensadas e realizadas sob a lógica da Rede Memorial tendem a se aproximar das relações ecológicas. Estas se fazem importantes em virtude da percepção de um novo paradigma, que engendra uma visão holística do mundo, e o apreende não como a reunião das partes dissociadas, mas como um todo integrado. Começamos, então, a perceber que o sucesso na gestão partilhada da memória depende da combinação entre mudanças tecnológicas e comportamentais e do intercâmbio e socialização de experiências. Esse conjunto de princípios sustenta a intenção coletiva de se construir uma política de preservação e acesso para os acervos memoriais de instituições, não apenas de Pernambuco, mas de vários lugares do Brasil. (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 90)

Os autores mencionam, ainda, que essa política deve ser construída não só mediante profunda reflexão e planejamento, mas também através da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. “Nesse particular, a fixação dos padrões e procedimentos deve, necessariamente, estar atrelada ao cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital” (GOUVEIA JÚNIOR et al., 2015, p. 91).

Dessa forma, seguindo pelo entendimento da relevância que das agências de fomento para o desenvolvimento dos acervos digitais no campo da cultura, bem como o seu papel primordial como elemento ativador de circulação cultural, e compreendendo a importância e o papel social, educacional e econômico que os acervos culturais representam para a sociedade, o BNDES tem sido, desde 2004, um grande parceiro no setor cultural. Desenvolve ações de fomento e incentivo direcionadas às instituições memoriais, podendo ser reconhecida como uma das mais importantes instituições apoiadoras do segmento no país, levando o banco a acumular experiência necessária para contribuir na construção de uma política pública para a preservação e o acesso aos acervos memoriais brasileiros (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014).

Com o objetivo de fazer um levantamento acerca das ações de fomento realizadas pelo BNDES, o trabalho publicado por Balbi, Zendron e Marcelino (2014) apresenta um apanhado de atividades desenvolvidas a partir do apoio da instituição, além de trazer um panorama a respeito das ações de preservação de acervos memoriais no Brasil. Os autores dizem que a atuação do Estado brasileiro no campo dos acervos de memória muitas vezes se confunde com a história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e compreendendo a existência de uma quantidade vasta de suportes e objetos culturais, definem arquivos, museus, bibliotecas e cinematecas como os principais depositantes de acervos memoriais no país.

Os autores apresentam algumas perspectivas de política pública e listam alguns pontos como principais problemas existentes no setor, entre eles a dificuldade de se constituir políticas de longo prazo, a inexistência de padronização e a escassez de recursos. Ainda, listando algumas iniciativas que vão ao encontro do tema dos acervos culturais, apontam leis e programas de incentivo à cultura, a Política Nacional de Museus e também o Plano Nacional de Cultura. Percebendo a proliferação da internet como uma grande oportunidade de as instituições memoriais disponibilizarem seus acervos on-line e potencializar o acesso e a distribuição da cultura brasileira em escala global, Balbi, Zendron e Marcelino (2014) afirmam que elas têm desenvolvido ações ligadas a projetos de digitalização dos acervos. Porém, conforme já mencionado anteriormente por outros autores, tais ações vêm sendo feitas de forma isolada, sem uma política setorial e, sobretudo, sem padrões de interoperabilidade.

No atual contexto de expansão da cultura digital no Brasil, tornou-se urgente a definição de uma política pública para a digitalização de acervos memoriais. Tal política de relevância nacional deveria envolver não só os três níveis da federação, mas também instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos. (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014, p. 20)

Os autores apresentam alguns princípios tidos como principais diretrizes abarcadas pelos serviços de referências internacionais, conforme apresentado no Quadro 1.

## Quadro 1 – Princípios para uma política pública de digitalização

<b>PADRÃO DE SOFTWARE LIVRE (OPEN SOURCE)</b>
O uso de <i>software</i> livre permite aos usuários executar, copiar ou modificar o sistema. Aplica-se ao conjunto de licenças padronizadas para uma gestão aberta e compartilhada de conteúdo. A utilização do <i>software</i> livre tem sido referendada como recurso estratégico do governo eletrônico.
<b>AÇÕES COMPARTILHADAS</b>
Todas as ações estarão alinhadas à lógica de compartilhamento. O meio digital promove um ambiente de colaboração entre as instituições de guarda memorial, não só por fomentar a comunicação via internet (e-mail, fóruns de discussão etc.), como também por permitir o compartilhamento de soluções, sistemas e acervos. Não por acaso, a internet fundamenta todo o seu funcionamento em protocolos, que são, em última instância, acordos básicos de cooperação. A promoção sustentável de um programa de digitalização de acervos memoriais depende do compartilhamento de recursos, principalmente de infraestrutura tecnológica, mas também de pessoal especializado nas diversas etapas que envolvem digitalização e disponibilização de conteúdos digitais. Outro benefício é evitar o desperdício de recurso e tempo, pela incorporação das melhorias e contribuições do grupo.
<b>TECNOLOGIA LOD (LINKED OPEN DATA, CUJA TRADUÇÃO LIVRE É "DADOS ABERTOS VINCULADOS")</b>
O LOD é um conjunto de melhores práticas para publicação e conexão de dados estruturados na web, permitindo estabelecer links entre itens de diferentes fontes de dados para formar um único espaço de dados global (HEATH; BIZER, 2011 apud SANTAREM SEGUNDO, 2015). O conceito pode ser ilustrado utilizando o diagrama de nuvem do LOD, que apresenta uma rede de datasets (conjunto de dados) cujos dados estão vinculados entre si.

Fonte: Adaptado de Balbi, Zendron e Marcelino (2014).

De modo a compreender parte dos motivos pelos quais o BNDES se propôs a desenvolver ações de incentivo dentro do campo cultural, identifica-se uma relação direta com o estado de conservação precário em que instituições do setor se apresentam. Percebe-se que com base nessa realidade é que se instituíram as diferentes sessões de apoio vinculadas pela instituição que, apontadas pelos autores, dividem-se entre: ações curativas, de curto prazo, com o objetivo de estancar processos avançados de deterioração; ações preventivas, buscando reduzir riscos e evitar os fatores de deterioração física e perda de informações das coleções no longo prazo; e ações de sustentabilidade, que dentre suas propostas incorpora-se a digitalização, visando projetos para criação de bases de dados on-line que reúnam de maneira organizada os acervos memoriais e armazenem arquivos de diversos formatos (texto, imagens,



vídeos etc.) para facilitar o acesso e a pesquisa (BALBI; ZENDRON; MARCELINO, 2014). Os dados apresentados pelo banco apontam, ainda, que a rubrica de digitalização foi a de maior ênfase, e nesse sentido compreendem o destaque diretamente relacionado às diretrizes estabelecidas por parte do Ministério da Cultura que abarcavam metas de digitalização para suas instituições memoriais.

Já o trabalho apresentado por Taddei (2010) pode ser compreendido como resultado dos debates decorrentes do evento reconhecido como referência para a área, o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, realizado em 2010 na cidade de São Paulo.

A partir da identificação de elementos que podem ser problemáticos no processo de desenvolvimento dos acervos digitais, o autor apresenta como proposta de resolução desses problemas o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para o setor cultural brasileiro, que teriam também como premissa apoiar instituições memoriais na construção dos acervos digitais, de modo a apresentar um conjunto de normas e diretrizes necessárias para o início de uma ação bem-sucedida.

Por meio da perspectiva da digitalização dos acervos brasileiros o autor aponta que a prática vem sendo realizada há décadas, e que se nos primeiros processos o propósito principal da digitalização era garantir a preservação e a integridade física dos objetos, hoje a prática se apresenta também como uma realidade aos meios de acesso e circulação:

Com a proliferação da internet e o barateamento dos equipamentos capazes de acessar os arquivos digitais, a circulação dos acervos dessas instituições por meio digital tornou-se não só uma realidade possível como também desejável, uma vez que vai de encontro da premissa básica de preservar e promover o acesso à história, cultura e conhecimento brasileiros e universais. (TADDEI, 2010, p. 4)

O autor ainda nos chama atenção para o fato de que, devido aos formatos dos objetos que compõem os acervos dessas instituições serem variados, seus processos de digitalização são complexos e não seguem uma linha de desenvolvimento unificada, além de demandarem equipamentos específicos e a dedicação de uma equipe especializada. Taddei (2010) menciona ainda que com o passar do tempo e os avanços tecnológicos, tais processos são passíveis de alteração e, portanto, há necessidade de sua constante revisão. Assim, é perceptível que essas instituições memoriais dispõem de múltiplas responsabilidades, devendo atentar-se não apenas à guarda e à preservação de seus acervos, mas sobretudo propiciar o acesso de seus conteúdos à população, sendo nesse sentido imprescindível a adoção de princípios de circulação e facilitação de acesso por parte do público.

Assim sendo, visualizando um processo de circulação desses acervos culturais de forma mais expressiva, é importante e necessário que essas instituições memoriais desenvolvam seus trabalhos de construções de seus acervos digitais a partir de uma uniformização de padrões:

É necessário organizar o setor dotando-o de um espaço de interlocução, regulação e organização capazes de facilitar os processos de digitalização em instituições públicas ou privadas, assim como determinar, dentro das condições e peculiaridades nacionais, quais os processos e padrões que melhor atendem às premissas de preservação e acesso ao conhecimento brasileiro. (TADDEI, 2010, p. 5-6)

É a partir desses apontamentos que o autor apresenta a proposta de instituição de duas estruturas políticas com o foco em apoiar e fomentar as atividades previstas na esfera da cultura brasileira: o Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento (PNDAC-BR) e o Comitê de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento (Codac-BR).

Em linhas gerais, conforme definido pelo autor,

Esse comitê teria autonomia e autoridade para definir os processos e modelos para a digitalização dos acervos públicos e privados brasileiros, servindo como referência para o mercado e diretriz para a esfera pública e órgãos a ela vinculados. [...] O próprio comitê também poderá ser parceiro ideal para colocar em prática ou auxiliar na execução do PNDAC-BR, um conjunto de políticas públicas voltadas para o setor. (TADDEI, 2010, p. 6)

Em relação ao PNDAC-BR, como já mencionado esperava-se que somado ao apoio estratégico do comitê, pudessem ser desenvolvidas políticas voltadas ao setor cultural de modo a propiciar o acesso por parte do público aos conteúdos culturais existentes. Nesse sentido, para que estes processos sejam viabilizados Taddei (2010) apresenta o plano a partir da proposta de três aspectos, sendo eles: acesso a acervos digitais, políticas para a digitalização, e sustentabilidade para projetos de digitalização.

Referente ao primeiro item listado, acesso aos acervos digitais, o autor propõe o desenvolvimento de uma plataforma pensada a partir de um formato rede, que pudesse abarcar troca, organização e acesso aos conteúdos digitais que englobassem de algum modo os aspectos da cultura brasileira provenientes das inúmeras instituições e iniciativas existentes.

A proposta de criação da plataforma *Brasiliana.br*, nome então sugerido por Taddei (2010), é de possibilitar o acesso on-line de qualquer tipo de usuário aos acervos digitais a partir de uma perspectiva de busca e recuperação integrada, deixando o acesso fácil, graças ao buscador único, e principalmente completo, tendo em vista a recuperação não apenas do objeto pesquisado em si, mas também de todas as suas referências disponíveis, construindo dessa forma um contexto dentro da pesquisa.

O intuito desse ambiente é o de facilitar a utilização dos acervos por parte dos usuários em geral, além de dar visibilidade a acervos distribuídos por diversas instituições,

facilitar a busca e padronizar formatos para estimular o uso desses acervos, e dessa maneira, estimular a economia em torno de suportes para acessar e decodificar acervos nos formatos determinados. [...] Servirá também como espaço para a disponibilização de dados consolidados de acesso, indexação de buscas por usuários, metadados compartilhados, e outros itens que forem decididos pelo comitê. Todos os esforços de digitalização do governo federal ou de outras esferas públicas e privadas que dispuserem de recursos federais (em qualquer proporção) deverão se adequar às condições técnicas e exigência do comitê para o pleno funcionamento do [Brasiliana.br](http://Brasiliana.br). (TADDEI, 2010, p. 20)

Portanto, compreende-se que a instituição de um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento pode ser mais um ponto de apoio e garantia aos processos de digitalização. O plano propiciaria um conjunto de políticas públicas que pudessem direcionar e estabilizar as iniciativas de digitalização de acervos culturais e, sobretudo, desenvolver estratégias de fomento a sua disponibilização, circulação e acesso.

O trabalho apresentado por Taddei (2010) carrega uma fundamentação técnica densa e traz contribuições relevantes com elementos sólidos que podem ser usados como base para o desenvolvimento de uma política de acervos digitais. Além disso, abre espaço para discussões relacionadas ao tema, que devem ser pensadas e promovidas a partir do trabalho conjunto entre atores estratégicos. Dessa forma, entende-se que o autor elabora uma documentação que hoje pode ser reconhecida como o primeiro esboço de uma política pública para o setor cultural.

O conjunto de documentos e propostas aqui relatadas serve à sociedade civil como um todo no sentido de mapear as carências e necessidades de todos os setores envolvidos com a preservação e circulação do patrimônio

cultural e conhecimento histórico brasileiros. [...] Os próximos passos incluem a mobilização do setor em encontros técnicos e a pactuação dos atores em torno do projeto de construção do comitê como espaço permanente de diálogo e decisão, e de construção de um plano nacional que atenda as carências e aponte caminhos para o futuro. (TADDEI, 2010, p. 40)

Outra importante contribuição foi feita pela equipe de pesquisa do projeto Acervos Digitais do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Fundação Getúlio Vargas, ao longo do ano de 2014, que promoveu *workshops* com profissionais de instituições de memória envolvidos com projetos de digitalização, no Brasil e em outros países da América Latina. Nesse sentido, buscando apresentar um panorama a respeito da digitalização de acervos no Brasil, o trabalho apresentado por Valente (2017) expõe os aspectos pelos quais a digitalização tem sido fundamentada no país e como isso é percebido pelas instituições memoriais.

De modo a compreender a importância e o papel dos acervos que constituem essas instituições de memórias, a autora os define como “conjuntos de bens que contém informações de diferentes áreas do saber e promovem acesso ao conhecimento, à educação e à cultura, além de preservar a memória e a identidade” (VALENTE, 2017, p. 7). Nesse sentido, pela perspectiva do alcance ao conhecimento, a autora nos chama atenção aos avanços tecnológicos e reflete acerca das transformações resultantes das novas formas de comunicação a partir do advento da internet, que tem proposto às instituições de memória pensar novas estratégias de ações para impulsionar a divulgação e circulação de seus acervos, fazendo com que estes alcancem públicos ampliados.

Do ponto de vista geopolítico, trata-se também da possibilidade de a cultura e a língua de um país encontrarem presença qualificada na rede mundial. No Brasil,

esse potencial está ainda por ser realizado, ou tem sido realizado de forma bastante desigual regionalmente. (VALENTE, 2017, p. 7)

Dando continuidade aos pontos discutidos nos *workshops* a autora apresenta e debate no decorrer do texto quatro eixos entendidos como elementos complexos dentro da perspectiva da digitalização de acervos no Brasil, a saber: (1) tecnologia/padrões/metadados; (2) direito; (3) políticas institucionais; (4) financiamento.

Pelo ponto de vista da tecnologia, aponta-se que um dos fatores de debate em torno da digitalização, armazenamento, preservação e disponibilização dos acervos remete-se ao fato de a implementação e manutenção dessas ações terem um custo financeiro elevado, fazendo com que este seja um ponto complexo dentro da área. Nesse sentido, questiona-se ainda o uso de formatos livres ou proprietários; a autora menciona que apesar de parte dos profissionais de instituições memoriais entenderem o *software* livre como solução de sustentabilidade dos projetos de digitalização, ainda existem questões em relação ao seu uso que envolve os custos financeiros de manutenção. Ainda assim Valente (2017, p. 9) aponta que:

Experiências nacionais mostraram vantagens no desenvolvimento de plataformas em software livre, que podem ser adaptadas por outras organizações, de forma, inclusive, a favorecer a interoperabilidade entre acervos de museus, bibliotecas e arquivos, facilitando o desenvolvimento de metabuscadores.

Valente destaca a importância de pensar parcerias que, em vez de impor modelo tecnológico único, preocupam-se sobretudo com soluções de interoperabilidade, o que por sua vez faz pensar em padrões e formatos livres. Nesse ponto, a autora menciona questões já discutidas anteriormente relacionadas aos debates no Brasil sobre políticas públicas para acervos digitais, em que se vislumbrava

a construção de um protocolo único que pudesse agregar os conteúdos digitais do país. Essa questão foi repensada a partir do entendimento de que modelos de sucesso internacionalmente tinham como preocupação a interoperabilidade entre os protocolos existentes, de modo a incorporar os diferentes acervos digitais em vez de seguir um modelo de protocolo único.

Pelo ponto de vista das políticas institucionais, a autora apresenta alguns projetos de digitalização de acervos em desenvolvimento no Brasil, entre eles a já mencionada Brasileira Digital USP, iniciativa da biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin; a BNDigital, da Fundação Biblioteca Nacional; o projeto Digitalização do Acervo do Museu Imperial, executado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), apoiado naquela época pelo extinto Ministério da Cultura; e o também já mencionado Instituto Hercule Florence, além do projeto denominado Plataforma Acervos que vem incluindo todos os trinta museus ligados ao Ibram por meio da plataforma livre Tainacan. Contudo, apesar dessas iniciativas, a autora menciona grandes desafios no campo institucional para a digitalização de acervos aqui no Brasil. Dentre os pontos abordados, apresenta que tanto as instituições públicas quanto privadas apontam aspectos estruturais que inviabilizam o desenvolvimento de grandes projetos, entre eles a falta de profissionais capacitados a apoiar e coordenar a execução dos projetos.

Os projetos de digitalização são frequentemente conduzidos por equipes temporárias, como se a digitalização pudesse ser pensada como um projeto com começo, meio e fim. Como já apresentamos, a falta de planejamento quanto a passos futuros, pós-digitalização e disponibilização, pode ser fatal para a sustentabilidade dos acervos digitais. [...] A descontinuidade de projetos é uma realidade. (VALENTE, 2017, p. 15)

As dificuldades encontradas nesse sentido remetem ao contexto da colaboração mencionado anteriormente. A autora acredita que falta uma visão de gestão por parte das instituições que poderiam criar agendas de trabalho compartilhadas, e aponta que instituições de maior porte não abrem caminhos de auxílio às menores, dificultando a criação de redes e o aproveitamento de potenciais de colaboração (VALENTE, 2017). Como solução aos pontos expostos apresentam-se três caminhos que poderiam ser seguidos: a cultura de colaboração; os aspectos institucionais; e a saída por meio do estabelecimento de políticas públicas.

Ao se pensar os níveis institucionais e as parcerias de colaboração, a autora defende trabalhar com plataformas externas a instituições que possuam trabalhos já organizados; e referenciando a fala de um dos participantes dos *workshops*, apresenta como exemplo parcerias entre instituições de memória e a Wikimedia:

Asaf argumentou que tanto as instituições de memória quanto a Wikimedia têm como razão de ser a obtenção, preservação, o fazer acessível e o compartilhamento de conhecimento e de objetos culturais, e que atingem sua missão quando suas obras e conteúdos são efetivamente utilizados. Encontrar formas de colaboração com a Wikipédia seria um modo de dar grande alcance ao conteúdo, já que se trata do site de informações referenciadas mais acessado do mundo, e é traduzido em mais de 40 línguas por voluntários. (VALENTE, 2017, p. 17)

Em relação às políticas públicas, Valente (2017, p. 26) destaca que “amplificar o potencial de acervos digitais passa necessariamente pela elaboração de políticas setoriais que fortaleçam a comunicação entre as políticas institucionais”. Nesse contexto, o trabalho apresenta um apanhado de iniciativas do governo federal, no âmbito do então Ministério da Cultura, que caminham para uma possível solução em torno da ausência de uma política pública no setor cultural. Destaca-se o PNC (Lei n° 12.343/2010), que entre suas



propostas apresentava ao todo 53 metas, nas quase duas são direcionadas aos acervos digitais:

Meta 40: Disponibilização na internet de conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados;

Meta 41: 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC. (METAS..., 2017)

Referente ao cumprimento dos objetivos propostos, no relatório da meta 40 são apresentadas informações ainda do ano de 2013, que indicam a realização de apenas 5,33% do que foi idealizado. Já sobre a meta 41, sabe-se que as informações estão sendo inseridas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), mas a disponibilização de dados deixou de ser atualizada no ano de 2018, não podendo mais ser avaliada pela sociedade civil. Além de apresentar as dificuldades enfrentadas no contexto dos acervos digitais, apresenta-se também como resultado dos pontos debatidos nos *workshops* encaminhamentos que contribuiriam para a construção de soluções de parte dos problemas aqui abordados. A primeira questão destacada, sob o ponto de vista institucional, “é a importância de elaborar políticas que atendam também ao interesse das instituições quanto ao que poderá ser feito com as obras de um acervo” (VALENTE, 2017, p. 51).

Além disso, também se apresenta como ponto de urgência atentar-se aos aspectos do licenciamento e pensar estratégias que viabilizem caminhos para a resolução desses problemas. Nesse sentido, a autora sugere:

Uma boa prática seria um foco em cuidar, de imediato, do presente para o futuro, ou seja, resolver imediatamente o que fazer com o que entra nos acervos no momento presente, e cuidar do passado então paulatinamente, diminuindo-se assim o passivo futuro. (VALENTE, 2015, p. 51)

## **CONCLUSÃO: ANÁLISE PRELIMINAR DA REVISÃO DE LITERATURA**

A partir da revisão literária apresentada anteriormente, buscou-se construir uma linha de compressão acerca dos pontos elencados pelos diferentes autores, de modo a identificar possíveis tendências e percepções em comum nos elementos apresentados. Como resultado preliminar dessa análise, o Quadro 2 agrupa um conjunto de elementos que, ao longo da literatura revisada, foram se constituindo como componentes pertinentes na estruturação de uma política para acervos digitais em rede.

A estruturação do quadro proposto se deu a partir da perspectiva da técnica de análise do discurso, que possibilitou definir as categorias por meio da interpretação e releitura dos sentidos expressos.

Assim, o conjunto de categorias exposto foi desenvolvido a partir dos próprios textos, por meio da análise das ideias apresentadas dentro do contexto da construção dos acervos digitais. Após definição dessas categorias, buscou-se então identificar elementos listados pelos autores como pertinentes para a composição de uma política de acervos digitais em rede, e agrupá-los ao conjunto de categorias já estabelecidos. A ligação referencial com tais elementos foi desenvolvida através de análise textual.

## Quadro 2 – Elementos de estruturação para uma política nacional de acervos digitais em rede

CATEGORIA	ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DA POLÍTICA	INICIATIVAS ATRIBUÍDAS
GOVERNANÇA E DIRETRIZES	Estabelecer modelos de governança	MARTINS, SILVA E CARMO (2018), TADDEI (2010)
	Definir procedimentos e padrões	BALBI, ZENDRON, MARCELINO (2014), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010), VALENTE (2017)
	Estruturar e garantir o diálogo entre os atores estratégicos (âmbito da esfera política federal, sociedade civil e organizações público-privadas)	BALBI, ZENDRON, MARCELINO (2014), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010), VALENTE (2017)
	Incluir profissionais das instituições de memória no processo de construção da política	REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015)
PADRONIZAÇÃO	definir protocolos de interoperabilidade	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010), VALENTE (2017)
	Estabelecer modelos de digitalização	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), PUNTONI (2017), TADDEI (2010)
	Desenvolver diretrizes de ações de preservação digital	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010)

CATEGORIA	ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DA POLÍTICA	INICIATIVAS ATRIBUÍDAS
ACESSO	intensificar ações de difusão dos acervos	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010), VALENTE (2017)
	Garantir canal de acesso aberto aos acervos culturais	MARTINS, SILVA E CARMO (2018), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010)
	Construir novas narrativas que refletem o contexto da cultura digital	GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), PUNTONI (2017), TADDEI (2010)
FOMENTO	estabelecer estratégias de incentivo de apoio monetário	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), TADDEI (2010), VALENTE (2017)
CAPACITAÇÃO	desenvolver projetos para qualificação dos profissionais atuantes nas instituições de memória	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), VALENTE (2017)
	Garantir estrutura física e tecnológica às instituições	MARTINS, SILVA E CARMO (2018), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016)
DIREITO AUTORAL	definir diretrizes relacionadas a propriedade intelectual	PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), TADDEI (2010), VALENTE (2017)
REDES DE COLABORAÇÃO	estabelecer e motivar redes de apoio e colaboração entre as instituições de memória	BALBI, ZENDRON E MARCELINO (2014), GOUVEIA JÚNIOR ET AL. (2015), MARTINS, SILVA E CARMO (2018), PUNTONI (2017), REDE MEMORIAL (2012, 2015, 2016), VALENTE (2017)

Fonte: Elaboração própria (2019).

É importante destacar, a partir de uma análise em conjunto das categorias apresentadas, que fica evidente a amplitude do problema e a necessidade de se pensar para além dos padrões técnicos, formatos e protocolos quando o tema da digitalização se relaciona

às instituições de memória. Há vários outros fatores que devem ser levados em consideração e precisam ser tratados de forma conjunta para a boa realização de projetos. Isso é importante para que os objetivos de preservação, difusão, educação e fruição cultural dos objetos digitalizados sejam atingidos de maneira a aproveitar os esforços e recursos utilizados nos projetos.

É também claro que as iniciativas brasileiras referenciadas ainda apontam diversos problemas e dificuldades, sobretudo nos quesitos ganho de escala, colaboração entre instituições e impacto de uso, e difusão dos acervos na internet. A falta de uma política norteadora e, sobretudo, de instâncias coletivas de governança dos projetos da área fazem com que as iniciativas isoladas percam a possibilidade de ganhar experiência de outras iniciativas, evitando replicar erros, tecnologias ultrapassadas, modelos de custeio predatórios e pouco escaláveis, formas de contratação pouco eficientes para os fins públicos dos projetos, entre outros elementos que se relacionam à inteligência em escala que projetos colaborativos poderiam trazer. Outro ponto a se destacar é a dificuldade de inserir essas instituições de memória em políticas e práticas características de uma cultura digital vigente em pleno século XXI. Sabe-se que importantes processos da sociabilidade contemporânea dependem das redes sociais para se estabelecerem e, estando os acervos de memória da cultura brasileira ausentes das redes digitais, perde-se inúmeras possibilidades de ações culturais, educacionais e a sensibilização geral da sociedade brasileira em torno da sua memória. Imagina-se que essas instituições poderiam alargar seu campo de ação e, de fato se perceberem não apenas como ações de comunicação institucional, mas também se integrem a dinâmicas de socialização por onde a visita ao acervo, a documentação, a contextualização e a apropriação de sentidos da memória possam experimentar os novos formatos das redes sociais e a dinâmica de relacionamento das redes de hiperlinks entre páginas, sites e demais mídias na web.

Sabe-se que o momento político é pouco propício para a iniciativa de articulações em torno de uma política nacional para o tema, mas espera-se contribuir dando visibilidade e colocando em debate as dimensões necessárias para se compreender sua importância, urgência e necessidade.

## REFERÊNCIAS

BALBI, F. M.; ZENDRON, P.; SILVA, G. M. O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do Quadro Lógico. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 7-67, 2014.

BRASIL. *Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2U9SIT3>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GOUVEIA JÚNIOR, M.; GALINDO, M. L.; SOARES, S. M.; NASCIMENTO, A. C. A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 76-95, 2015.

MARTINS, D. L.; SILVA, M. F.; CARMO, D. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 194-216, 2018.

METAS do PNC. *Plano Nacional de Cultura*, Brasília, DF, 15 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39f8ACK>. Acesso em: 23 mar. 2020.

PUNTONI, P. Rede memorial: cultura digital, redes colaborativas e a digitalização dos acervos memoriais do Brasil. In: GÖBEL, B.; CHICOTE, G. (ed.). *Transiciones inciertas: archivos, conocimientos y transformación digital en América Latina*. Berlín: Instituto Ibero-Americano de Berlín, 2017. p. 120-152.

REDE MEMORIAL. *Carta do Recife 2.0*. São Paulo: Rede Memorial, jun. 2012.

REDE MEMORIAL. *Carta de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Rede Memorial, out. 2015.

REDE MEMORIAL. *Carta de Salvador*. Salvador: Rede Memorial, jul. 2016.

SANTAREM SEGUNDO, J. E. Web semântica, dados ligados e dados abertos: uma visão dos desafios do Brasil frente às iniciativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RGMsLA>. Acesso em: 5 abr. 2020.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACERVOS DIGITAIS, 2010, São Paulo. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3bjlSPT>. Acesso em: 18 abr. 2019.

TADDEI, R. *Políticas públicas para acervos digitais: propostas para o Ministério da Cultura e para o setor*. São Paulo: [s. n.], 2010.

VALENTE, M. Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil. In: FREITAS, B.; VALENTE, M. (org.). *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017. p. 7-56.